

SUMÁRIO

Prefácio	11
1. Introdução	17
Objetivos	17
Fixação de premissas e delimitação do tema	20
Objeto e plano de estudo	22
Delimitação do campo de estudo	24
Primeira Parte — Direito do trabalho: nascimento, vida e morte ou evolução — Correlações com a teoria geral do Estado	25
1. Origem do direito do trabalho: estado liberal e jurisprudência de conceitos	27
1.1. Introdução	27
1.2. Estado liberal e início da regulamentação do trabalho livre	29
1.3. Fatos históricos indutores do surgimento do Estado social e do direito do trabalho	33
2. Estado social e direito do trabalho	35
2.1. Introdução	35
2.2. Estado social e direitos fundamentais de segunda dimensão	37
2.3. Estado social e jurisprudência de interesses	38
3. Estado democrático de direito e jurisprudência de valores: novos paradigmas para o direito do trabalho	40
3.1. Contextualização do tema: do surgimento e do conceito de Estado democrático de direito	40
3.2. Exame dos fatores corrosivos do Estado social e conformadores do Estado democrático de direito	42
3.3. Correlação entre Estado democrático de direito e jurisprudência de valores	45
3.4. Correlação entre Estado democrático de direito e compromisso de efetividade dos direitos fundamentais	48

Segunda Parte — Direitos fundamentais e novo direito do trabalho: primeira aproximação	53
1. Contextualizando os direitos fundamentais: conceito e aplicação às relações privadas	55
1.1. Introdução (incompatibilidade do direito do trabalho clássico com Estado democrático de direito)	55
1.2. Conceito de direito fundamental adotado nesta tese	60
1.3. Aplicabilidade dos direitos fundamentais às relações privadas	62
1.3.1. Breve explanação acerca da teoria da aplicação mediata dos direitos fundamentais	65
1.3.2. Breve explanação acerca da teoria da eficácia imediata das nor- mas de direito fundamental no âmbito do direito privado	67
1.4. Aplicação das normas de direito fundamental nas relações privadas no Brasil	68
2. Hermenêutica dos direitos fundamentais no Estado democrático de direito	71
2.1. Estado democrático de direito e sua correlação com uma hermenêutica concretizadora – diferenciada – dos direitos fundamentais	71
2.2. Ontologia das normas de direitos fundamentais	73
2.3. Hermenêutica dos direitos fundamentais	75
2.4. Hermenêutica das normas infraconstitucionais: hermenêutica clássica	76
2.5. Hermenêutica (e ontologia) das normas de direito fundamental	78
2.6. Hipóteses de conflitos entre direitos fundamentais no âmbito do direito do trabalho (primeira aproximação)	81
Terceira Parte — Bases para uma nova teoria geral do direito do trabalho: direitos fundamentais e flexibilização	87
1. Tensão — Da incompatibilidade entre o modelo de Estado democrático de direito e os princípios do direito do trabalho clássico	89
1.1. Fixação de premissas (demonstração da incompatibilidade do direito do trabalho clássico com o Estado democrático de direito)	89
1.2. Arquétipos de direito do trabalho	91
1.2.1. Limites e poderes da autonomia da vontade: modelos de direito do trabalho	91
1.2.2. Modelos – arquétipos de direito do trabalho	93

1.3. Necessidade de transformação: autonomia da vontade para autonomia privada no direito do trabalho	96
2. Flexibilização decorrente da interação entre o direito do trabalho e os direitos fundamentais	98
2.1. Possibilidades e limites da flexibilização	98
2.2. Da necessária aproximação do novo direito do trabalho com o modelo misto: uma flexibilização regulada	101
2.3. Paradoxos da flexibilização: conflito entre autonomia da vontade com outros direitos fundamentais: controle de constitucionalidade	102
3. Flexibilização no novo direito do trabalho	105
3.1. Conceito de flexibilização (primeira aproximação).....	105
3.1.1. Segunda aproximação do conceito de flexibilização: perspectiva histórica — surgimento e consolidação na Constituição de 1988	107
3.2. Diversas espécies de flexibilização e nosso conceito de flexibilização ..	109
3.3. Flexibilização e reviver do direito do trabalho	111
3.4. Limites da flexibilização: direitos fundamentais e flexibilização	111
Quarta Parte — Fundamentos de uma nova teoria geral do direito do trabalho em um Estado democrático de direito	113
1. Revisão dos princípios e institutos da teoria geral do direito do trabalho ..	115
1.1. Introdução	115
1.2. Princípio de proteção: questionamentos	117
1.2.1. Princípio de proteção: definição	117
1.2.2. Princípio de proteção: questionamentos	119
1.3. Poder de direção do empregador: questionamentos	123
1.3.1. Poder de direção do empregador: definição	123
1.3.2. Mitigação do poder de direção do empregador na jurisprudência em razão da aplicação dos direitos fundamentais às relações privadas	128
1.3.2.1. Conceito e mitigação do poder diretivo do empregador .	129
2. Princípios orientadores do novo direito do trabalho em um Estado democrático de direito	132
2.1. Introdução	132

2.2. Princípio da concreção e harmonização dos direitos fundamentais e da justiça na regulação das relações de trabalho por meio de acordos e convenções coletivas, objetivando a tutela da dignidade humana ..	133
2.3. Poder de direção do empregador: uma nova visão desse clássico instituto ..	135
2.4. Instituto da interdependência e da solidariedade entre sujeitos envolvidos em uma relação de trabalho ..	138
Conclusões ..	139
Referências ..	145